

## Crise política exige outra governabilidade

Saída pela esquerda. Participação popular, resposta ética e nova política econômica são urgentes.



Sérgio Lima/Folha Imagem

**Alerta vermelho.** Sustentação do governo deve se dar com os movimentos sociais.

**Para além das intenções.** Estado deve promover ações objetivas contra o racismo.

### Movimento negro luta por agenda concreta

O mito da democracia racial permanece vivo no Brasil. A 1ª Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial será uma oportunidade para ir além do reconhecimento do racismo e estabelecer uma pauta para ações efetivas de enfrentamento a essa questão, avaliando as iniciativas em curso. As políticas universais se mostraram insuficientes do ponto de vista da inclusão da população negra, o que justifica a adoção de medidas afirmativas.

Página 7



Jefferson Rudy/Folha Imagem

Em meio a uma série de crises em que há uma campanha articulada pela oposição liberal-conservadora para desestabilizar o governo, o PT deve buscar saídas de esquerda. A opção deve ser por responder essa denúncia de maneira transparente, exemplar e sem cumplicidade. Mudanças efetivas só virão com uma outra governabilidade, baseada na participação popular e, necessariamente, com reorientação da política econômica. Cabe também ao PT lutar por uma reforma política que democratize a representação parlamentar. As Diretrizes do Programa de Governo e o próprio programa de 2002 trazem formulações concretas para essas questões, e devem servir de referência para o partido.

Páginas 3 a 5

**Plano de lutas.** Agenda inclui marcha pela redução da jornada de trabalho.

### CUT vai às ruas pela ampliação de direitos e alteração na estrutura sindical

A plenária nacional realizada pela CUT no mês de maio apontou uma agenda que combina a defesa de mudanças na atual estrutura sindical com mobilização social. A Central

aprova uma plataforma democrática básica, que servirá como referência no debate da reforma sindical. Ela inclui a defesa da organização por local de trabalho e o fim do imposto sindical,

entre outros pontos. Em seu plano de lutas, a CUT chama para agosto uma marcha pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salários. Também foi

apontada a necessidade de ampliar o diálogo com a sociedade sobre a importância da liberdade e autonomia sindical.

Página 7

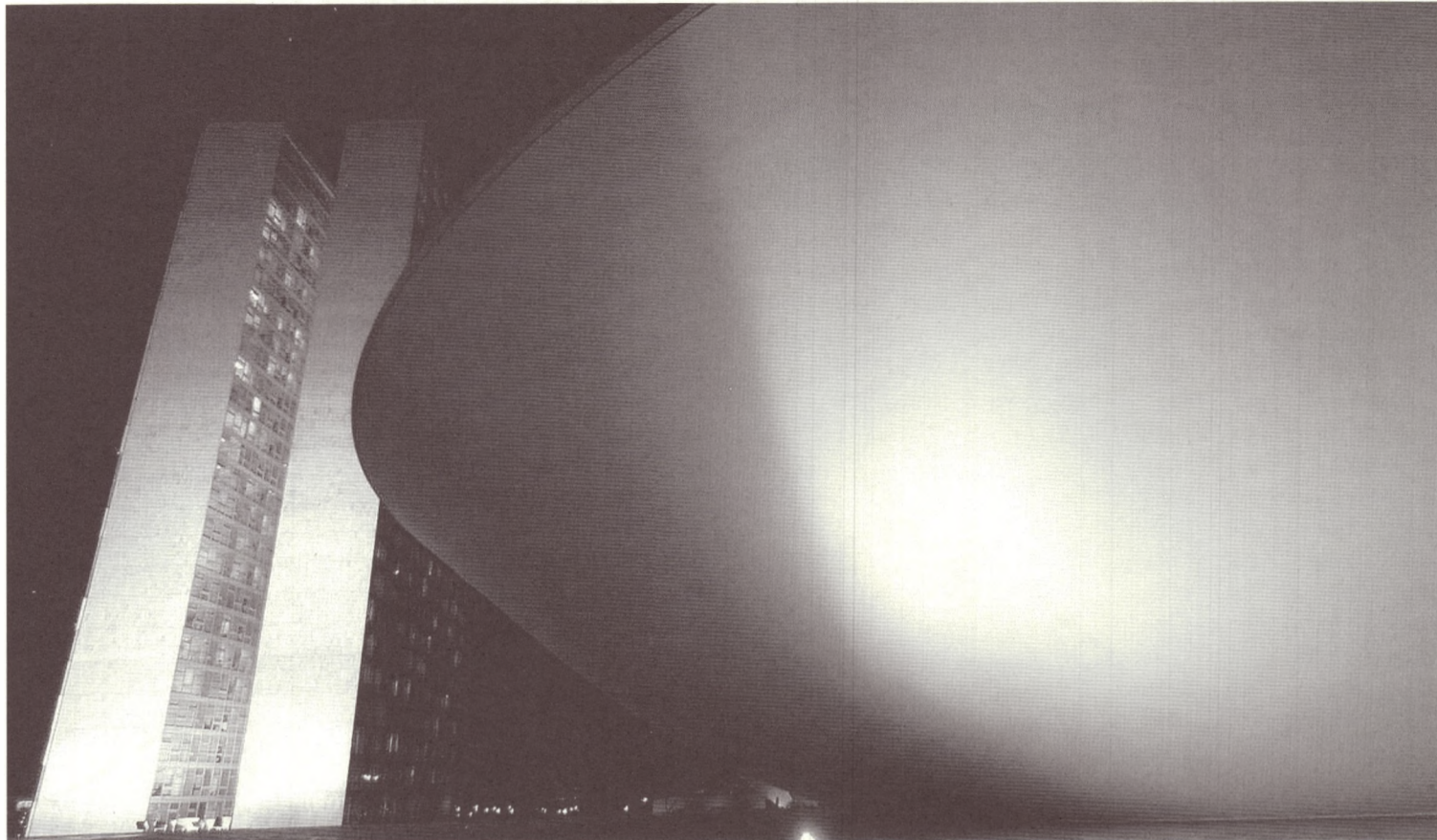
**Congresso da UNE deve levar entidade de volta às mobilizações**

Página 6



# Tom diferente, limites nem tanto

PED 2005. Campo majoritário muda tese, mas mantém contradições.



Beto Barata/Folha Imagem

**Democracia na sombra.** Texto da maioria mantém parlamento como espaço privilegiado da disputa política.

A versão final da tese do Campo Majoritário procura trazer um "tom" diferente do apresentado no documento inicial. A sensação é de uma tentativa de afastar-se um pouco da ortodoxia que orienta a política econômica brasileira há mais de década (e que impregnava o documento anterior), procurando se reaproximar de uma idéia de desenvolvimento onde há algum espaço para o protagonismo da nação. A elaboração é trazida para um ponto um pouco mais próximo da tradição democrático popular, algo relevante para o debate entre os petistas sobre os rumos de seu projeto histórico. Isto permite um olhar mais atento sobre as concepções em debate.

Logo no seu início, o documento traz uma singela, mas importante, inflexão: o projeto de desenvolvimento é explicitado com um significativo rol de pressupostos (todos muito relevantes) que substitui o tripé básico anterior, também comum aos programas que o "consenso" neoliberal jogou sobre a América Latina. A vaga noção de "novas relações de Estado" é substituída por um "papel ativo do Estado na construção de um projeto estratégico de desenvolvimento do país". "Distribuição de renda, geração de empregos, sustentabilidade, crédito, investimentos, agricultura familiar, controle so-

cial" tomam o espaço da genérica "inclusão econômica e social". O terceiro e substancial elemento, o "equilíbrio fiscal e monetário", é suavizado com a retirada (?) do "monetário" e a agregação da "redução da dependência financeira do país". Desta forma, o debate não só é trazido para um campo mais fértil e próximo da tradição dos petistas, como também tenta secundarizar, sem eliminar, o dogma do "equilíbrio fiscal e monetário".

## Sem participação popular

"A valorização do Congresso Nacional como fonte maior da representação popular é tarefa indispensável para se construir uma democracia autêntica no Brasil". Esta passagem foi eliminada do novo texto. Mas isto não significou nenhum avanço na direção da "participação popular" como espaço de mudança de correlação de forças. O Orçamento Participativo têm uma única citação vaga e nada afirmativa. A opção da maioria partidária em definir o parlamento como espaço privilegiado das disputas continua presente no texto. Assim, não só revela os limites de um terreno onde as relações e a correlação de forças já são há muito conhecidas, seja pelos interesses fisiológicos ou pelo peso que o poder econômico exerce (lembre-se: "Luis Inácio falou, Luis

Inácio avisou..."), como também ainda perde a oportunidade de apontar a necessidade de deslocar o campo de disputa democrática para as lutas sociais e a mobilização popular.

O reconhecimento de que a inclusão social e a distribuição de renda não são "um processo que deriva automaticamente do patamar já alcançado até agora" pelo programa do governo Lula, avança ao revelar a insuficiência da estabilidade ortodoxa (nunca negada) e abre espaço para a necessidade de protagonismo no enfrentamento das condições estruturais e das relações de poder na esfera produtiva. No entanto, a afirmação da necessidade de "controle" social e público fica limitada aos espaços do Estado, confirmando uma visão que distancia a participação e o controle popular das relações econômicas. Este distanciamento não permite 'politicizar' a política econômica e tampouco as relações com o setor privado e o mercado.

A ênfase na participação popular, o deslocamento das disputas para além do Congresso Nacional e o reconhecimento das contradições com o poder econômico são algumas das ausências mais sentidas para um projeto de desenvolvimento democrático-popular ou mesmo nos termos propostos no docu-

mento. Deixa-se de avançar num projeto de desenvolvimento ao não apontar para a democratização das relações econômicas ou, pelo menos, para a ampliação dos espaços públicos em detrimento do autoritarismo do "mercado". A necessidade de ampliar investimentos não precisa ficar restrita a parceria ou dicotomia entre Estado e capital privado. Ampliar as formas de propriedade, a autogestão, a cooperação produtiva e as parcerias da sociedade com o Estado, que avancem os espaços realmente públicos, são relevantes para um projeto econômico verdadeiramente democrático que procure libertar a nação das amarras e restrições do capital especulativo e concentrador.

Se o documento traz avanços em relação a posições inicialmente formuladas, também torna mais explícita a série de contradições e limitações para chegar a muitos dos objetivos a que se propõe. A começar pela intocabilidade da política econômica e de seus objetivos centrais (nunca questionados pelo documento) e o entrelaçamento desta com representantes do capital financeiro e o *mainstream* econômico muito bem posicionado nos órgãos federais, desde o princípio das reformas neoliberais.

## CMS anuncia mobilização

CUT, UNE, MST e Marcha Mundial de Mulheres anunciaram mobilização no dia 1º de julho contra a tentativa de desestabilização do governo pelo direita. A manifestação dos integrantes da Coordenação de Movimentos Sociais (CMS) vem casada com uma defesa de uma reforma política democrática e de mudanças na política econômica. João Pedro Stédile, do MST, afirmou que a ofensiva da direita demonstra que existe uma luta de classes evidente, e que não existe possibilidade de uma aliança com a centro-direita ter caráter popular. A CMS acredita na mobilização popular como impulso para mudanças no governo.

## Carta ao povo brasileiro

Como parte dessa iniciativa, a CMS lançou a Carta ao Povo Brasileiro. Nela, as entidades se colocam contra a desestabilização política do governo e contra a corrupção, e pedem mudanças na política econômica. O texto, assinado por cerca de 40 entidades, pede prioridade aos direitos sociais e afirma a necessidade de reformas políticas democráticas, reforçando a importância da participação popular. A carta convoca a sociedade brasileira a se mobilizar para enfrentar a crise política e "fazer prevalecer os princípios democráticos", e pede a exclusão do governo dos setores conservadores e o afastamento das autoridades sobre as quais pairam qualquer suspeição.

## Democracia Socialista

Democracia Socialista é o jornal da Democracia Socialista, Tendência do Partido dos Trabalhadores, publicação do Instituto de Comunicação, Estudos e Formação Isaac Akcelrud

### Equipe editorial:

Nalu Faria, Caio Galvão, Carlos Henrique Árabe, Juarez Guimarães, Lúcio Costa, Robinson Almeida e Waldemir Catanho

### Editor:

Carlos Henrique Árabe

### Editor assistente:

João Brant

### Projeto gráfico e diagramação:

Caco Bisol

### Jornalista Responsável:

João Brant - Mtb 33.748 DRT/SP

### Internet:

Marcelo Fragozo

### Fechamento:

23 de junho de 2005

### Assinaturas

Receba todo mês o seu **Democracia Socialista** em casa, e aproveite para contribuir com a tendência. Preencha a ficha abaixo e envie junto com cheque nominal para ICEF - IA.

Rua Albuquerque Lins, 635 cj. 91  
Sta. Cecília - São Paulo/SP  
CEP 01230-001  
Fone (11) 3667-3476  
Fax (11) 3666-5550  
contato@democraciasocialista.org.br

Visite a página da DS

www.democraciasocialista.org.br

JORNAL DEMOCRACIA SOCIALISTA MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:  APOIO: 50,00  NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CEP:

CIDADE:

UF:

FONE:

E-MAIL:



# Três táticas na conjuntura

Papel do PT. Texto abaixo foi base da proposta apresentada ao Diretório Nacional.

Há hoje uma gravíssima campanha estrategicamente articulada pela oposição liberal-conservadora para impugnar a liderança histórica de Lula, para desmoralizar o PT e impedir o governo de exercer plenamente o mandato de mudanças na sociedade brasileira que lhe foi democraticamente conferido pelo voto. Com isto, pretendem reabrir um novo período de legitimação dos programas neoliberais, em particular o Estado mínimo e as privatizações. Diante desta campanha que visa ameaçar a governabilidade do mandato de Lula, há três campos possíveis de resposta.

O primeiro é o que, reconhecendo corretamente a gravidade da campanha de desestabilização e a necessidade de buscar a unidade do PT e do campo democrático popular para enfrentá-la, unilateraliza a agenda desta polarização, minimizando ou relativizando a centralidade de uma resposta clara e consistente à questão da ética que hoje mobiliza a sensibilidade da opinião pública brasileira.

Se este campo de resposta contém muitas virtudes — a centralidade da clara polarização com o PSDB e o PFL, a iniciativa da mobilização popular, a defesa veemente do patrimônio histórico do PT — ele é, no entanto, incapaz de estabelecer o diálogo vital, nesta situação, com as entidades democráticas da sociedade civil, com a tradição da igreja popular e progressista que enfatiza o tratamento da ética na política, com a intelectualidade crítica e com o próprio processo mais amplo de formação da opinião pública.

O segundo campo de resposta contém o erro fundamental de relativizar ou minimizar a gravidade da campanha de desestabilização do governo, principalizando a crítica às suas deficiências e erros que teriam levado à crise atual. As questões éticas aparecem aqui relacionadas a uma dinâmica principalizada de luta de posições dentro do próprio campo petista. Ao exponenciar as contradições dentro da própria tradição petista e esterilizar o potencial de mobilização social pela fratura da unidade necessária, tal posição acaba sendo estruturalmente incapaz de dar uma resposta política à altura contra a campanha liberal-conservadora de desestabilização.

## Ética e unidade

O terceiro campo de resposta, que parece o mais correto, é o que equilibra a principalidade da denúncia da campanha

de desestabilização do governo Lula com a busca da liderança de uma nova campanha pública pela ética na política. Neste campo, a construção da unidade do PT e do campo popular não se faz em prejuízo do diálogo vital com a opinião pública democrática sobre a ética.

Esta posição implica a explícita necessidade de renovar e aprofundar o pacto do governo Lula com as forças populares e democráticas do país através de um reposicionamento e ofensiva em defesa da ética pública, de um lado, e de uma nova orientação no tratamento da dívida financeira e da política monetária e fiscal que torne possível o avanço qualitativo naquelas políticas decisivas para a classe trabalhadora, os movimentos sociais no campo e os setores populares.

Enfrentar a crise política que está posta exige do nosso partido unidade, capacidade de crítica e autocrítica, e coragem para aprofundar o nosso programa democrático e popular. Na raiz da situação atual está o contraste entre o nosso governo, que nasceu das aspirações de democratização real da sociedade brasileira, e as condições profundamente antidemocráticas das estruturas de poder que servem para perpetuar a desigualdade social. Esse é o problema central que temos de enfrentar.

## Governo e poder

Este tema não é novo para o

partido. Já o 6º Encontro Nacional assinalou a diferença entre governo e poder, e que a conquista do primeiro deveria ser vista como passo inicial para a transformação do segundo. Agora, tendo experimentado já dois anos e meio de exercício do nosso governo, vemos os limites que essas estruturas de poder impõem ao nosso governo e ao nosso programa.

Nossa experiência de governo tem avançado em aspectos da situação internacional e em aspectos da política interna, em especial aqueles que ampliam a margem de atuação do país e da comunidade sul-americana e que qualificam as relações do governo com os movimentos sociais e com camadas populares da nossa população. Mas essas conquistas têm sido insuficientes para alterar de conjunto a situação do país, especialmente as relações de poder no país e na sua relação internacional.

De um lado está a pesada herança da dívida pública e da profunda dependência do país. A submissão ao poder do capital financeiro associado às instituições da globalização capitalista impede mudanças na realidade social. Resistir a esse poder e ampliar a margem de soberania do país e do seu povo é condição para manter a chama da esperança e a solidariedade ativa da maioria dos brasileiros ao nosso projeto.

A extrema concentração dos meios de comunicação nas

mãos de poucos grupos familiares é outro aspecto das estruturas de poder antidemocráticas em nosso país. Integrado aos interesses dominantes e defendendo seus próprios interesses, esse setor atua de maneira articulada e muitas vezes manipulatória contra o nosso partido, transformando acusações em "verdades", denúncias pontuais em ataques globais.

## Superação dos equívocos

Uma outra lição importante é que os instrumentos políticos convencionais que servem tão bem aos governos conservadores não servem aos governos que querem mudar a sociedade. A integração de partidos conservadores ao bloco no poder só faz sentido em um governo conservador — em um governo progressista trata-se de uma contradição permanente, tanto com o seu programa como nos métodos de governo.

A substituição da construção de uma maioria social e de uma permanente disputa de hegemonia por uma política de tentar fazer maioria em um parlamento como o brasileiro tem significado enormes e insuperáveis contradições: esvazia a participação popular, reabilita políticos e partidos que já haviam caído em descrédito, incorpora no governo forças estranhas ao compromisso democrático, popular e ético, torna o governo refém de negociações pouco transparentes e li-

mita a própria capacidade do governo popular e dos partidos de esquerda em modificar uma estrutura muito importante de poder.

Enfrentar a direita de forma consequente e desmascarar sua ação demagógica exige, ao mesmo tempo, superar nossos equívocos e enfrentar os limites impostos pela estruturas de poder vigentes na sociedade brasileira.

É necessário ter coerência das forças que participam do governo, coerência com os objetivos e com os métodos de governo. A relativa redução numérica na base de apoio parlamentar será compensada por uma maior coesão desta base e pela ampliação do apoio da sociedade democrática. Nesse sentido, é incompatível a aliança de governo com partidos de direita como o PTB e o PP. A relação com partidos de centro deve ser feita pontualmente e sob forte pressão popular. Os partidos de esquerda e populares devem ser o núcleo da aliança de governo. Uma nova política de alianças deve ter correspondência com uma forte iniciativa de alterar as bases do sistema de decisão política, que só pode ser alcançado com formas incentivadas de participação popular, com uma política ativa de debate e de construção de hegemonia de posições políticas e com uma relação solidária com os movimentos sociais.



Vicente Mendonça



# Saídas de esquerda para a crise

Pilares da mudança. Democracia participativa, combate à corrupção e nova política econômica.

A opção do governo de manter e fortalecer sua legitimidade a partir do Congresso Nacional, baseada num amplo leque de alianças para sustentação parlamentar, sem, contudo, haver um programa que sustentasse essas alianças, levou a um quadro de descontrolo político. A justificativa de "governabilidade" mostrou-se inócua, já que a situação nunca esteve tão des-governada como agora. O enfrentamento com a direita exige uma nova concepção de governabilidade.

No documento *Concepção e diretrizes do programa de governo do PT para o Brasil*, aprovado no XII Encontro Nacional, o PT apontava que "a tônica das relações políticas continua a se basear no clientelismo, daí derivando uma forte tendência governista. (...) Nesta lógica, o sistema político conservador exclui a participação da população na tomada de decisões políticas, mantendo a prática tradicional das elites brasileiras. Ao mesmo tempo, reconstitui permanentemente canais privilegiados para a atuação dos interesses econômicos privados, nacionais e internacionais".

O momento exige do PT ações firmes para que não se perca a chance, adiada desde o começo do governo, de reorganizar as estruturas de poder em outras bases. Com denúncias deste tipo acontecendo, o momento não é de reafirmar as alianças, mas justamente de questioná-las.

As melhores experiências de governo do PT em prefeituras e governos estaduais se deram a partir de uma outra linha de governabilidade – uma governabilidade popular e democrática –, coerente, inclusive, com as diretrizes do programa de 2002. A sustentação política de um projeto democrático e popular no Congresso Nacional deve se dar a partir da legitimidade dessas políticas e do apoio dos movimentos sociais e setores organizados da sociedade. Uma base parlamentar mais coesa e coerente seria, obviamente, menor que a atual, mas disporia de mais capacidade de iniciativa. Diferentemente de agora, a bancada do PT ganharia condições de disputar hegemonia no terreno parlamentar, de contar com a pressão popular e buscar formar maioria parlamentar nas questões mais decisivas.

## Outra lógica

Assumir esse perfil exige do PT uma política clara de mudança na sua lógica de governo. O início do mandato trazia as condições ideais para assumir esse outro perfil. Essa alternativa é



Atenção: caminho tortuoso. Opção de "governabilidade" por meio de alianças amplas no Congresso mostrou-se inócua.

Compromisso com a ética. Medidas já estavam previstas no Programa de Governo de 2002.

## Partido tem acúmulo no combate à corrupção

Desde que assumiu, o governo patrocinou diversas iniciativas de combate à corrupção, com destaque para as operações de desmantelamento de esquemas corruptos promovido pela Polícia Federal. No entanto, essa pauta acabou não ficando no centro da agenda pública do país. Um dos motivos disso foi o pacto de governabilidade e o arco de alianças que se constituiu.

Como parte do programa de governo de Lula, foi lançado o caderno "Combate à corrupção – compromisso com a ética". Ali está prevista a criação de uma

agência anticorrupção, "com participação do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União e de representantes da sociedade civil, para detalhar um Plano Nacional Anticorrupção no prazo de seis meses a partir da posse do novo presidente da República".

A análise que o documento faz das causas da corrupção aponta que "a corrupção no Brasil tem raízes históricas, fundamentos estruturais e impregna a cultura de setores importantes do espectro social, político e econômico. A prática de corrup-

tos e corruptores na esfera do poder se dissemina pela sociedade, como exemplo negativo que vem de cima. O compromisso em erradicá-la não pode se limitar a uma prática de denúncias eventuais e, muito menos, servir a fins eleitorais ou políticos imediatos. Ela exige uma intervenção enérgica pelo fim da impunidade e requer ampla ação cultural educativa pela afirmação dos valores republicanos e democráticos em nossa vida política".

O texto estabelece ainda, como compromissos de governo, transparência e participa-

ção no orçamento federal, controle das licitações federais (o documento corretamente compreende as compras governamentais como "foco preferencial daqueles que visam a ganhos ilícitos às custas do erário"), o fortalecimento da regulação e fiscalização dos fluxos financeiros, o aparelhamento do fisco para combater a sonegação, a reconstrução dos mecanismos de controle sobre a corrupção, a erradicação da prática do nepotismo e ações internacionais "visando ao controle dos fluxos financeiros dos paraísos fiscais".

mais difícil hoje, mas é a que se impõe. Ela implica em novo modo de governar, com mudanças na política econômica, incentivo à participação popular ativa, combate exemplar à corrupção e enfrentar, desde o ponto de vista do nosso programa, o tema da reforma política. Persistir na política anterior será o caminho para novas derrotas.

Duas iniciativas imediatas devem ser tomadas para alterar a estrutura conservadora e cercada de privilégios dos poderes executivo e legislativo. A primeira, que não depende de qualquer medida legal, é a introdução de mecanismos de participação popular na elaboração e definição da proposta do executivo para o orçamento de 2006. A segunda iniciativa, nesse caso dependendo de aprovação do

Congresso, refere-se à reforma política. Por sua natureza, deverá ser precedida de amplo debate na sociedade e da construção de um movimento hegemônico para a democratização da representação parlamentar.

Uma terceira iniciativa, no terreno social, é fundamental para alterar a dinâmica política atual: trata-se da retomada da mobilização política e social. Nesse sentido, o PT deve dialogar e somar forças com o movimento iniciado pela CUT, MST, CMS, MMM, UNE e outras entidades e movimentos contra o golpismo e a corrupção, por mudanças na política econômica e por uma reforma política democrática.

## Bandeira da esquerda

A luta contra a corrupção é

parte integrante da luta democrática no Brasil. O PT foi um dos principais responsáveis por essa conquista de consciência e vigilância da sociedade sobre os governantes. O combate à corrupção é uma das partes fundamentais do nosso programa. Por isso mesmo, quando há uma denúncia contra uma administração do PT, a repercussão e a exigência de apuração e punição são qualitativamente diferentes das que ocorrem frente a um governo de direita.

Frente a elas, o partido deverá responder de maneira transparente, exemplar e sem cumplicidade, defendendo ao mesmo tempo o direito de defesa afastado da função executiva daqueles que estão implicados judicialmente. Nesse sentido, é

preciso defender a saída do ministro da Previdência e do presidente do Banco Central, contra os quais foram abertos inquéritos no Supremo Tribunal Federal – o primeiro é acusado de fraudar garantias e desviar crédito público; o segundo, de burlar o fisco.

Esse tipo de atitude é uma condição fundamental para a superação do déficit político e simbólico do governo com relação à ética pública. A corrupção é uma arma da direita e deve ser combatida sem trégua pela esquerda. Na luta por participação popular e por políticas públicas de retomada de reformas democráticas e populares está o rumo para retomar a iniciativa política e impedir que a direita avance no seu objetivo de inviabilizar o governo e o PT.



# Contra o patrimonialismo e o privatismo

**Referências.** Diretrizes do programa apontam medidas efetivas para resgatar o “público”.

Por trás dos fatos mais aparentes, a luta que se dá nesse cenário de crise é entre a defesa intransigente do público e a lógica privatista, que a direita tenta impor a todo custo. Esse embate tem sua raiz na formação do Estado brasileiro, que herda uma promiscuidade entre o público e o privado, nunca bem delineada. A formação do público é dependente de luta contra valores mercantis clientelistas e patrimonialistas. Dessa forma, sem ética, a noção de público cai em descrédito e atinge todo o programa da esquerda.

Essa lógica privatista se torna alimento de uma “governabilidade” tortuosa. A partilha do governo cumpre o papel de atração de apoio para fazer maioria, já que o parlamento está estruturado de forma extremamente atrasada. Uma nova governabilidade requer também democratização da representação parlamentar e de legitimação do governo. Fundamental para essa outra organização são as formas de participação direta e a reforma política.

O PT já apontava, nas Diretrizes do Programa de Governo definidas no XII Encontro Nacional, de 2001, a centralidade desse debate: “a boa experiência do orçamento participativo nos âmbitos municipal e estadual indica que, apesar da complexidade que apresenta sua aplicação no plano da União, ela deverá ser estendida para essa esfera”.

As diretrizes também reivindicavam, como condição para um novo padrão de desenvolvimento, um “novo modelo de gestão estatal”. Para isso seria essencial abrir duas grandes vertentes: a gestão participativa e a gestão estratégica. Diz o documento: “a gestão pública participativa – uma das referências centrais de nossos governos estaduais e municipais – deve ser uma dimensão básica da reformulação da relação entre o Estado brasileiro e a sociedade, também no nível central. A constituição de novas esferas públicas democráticas, voltadas à co-gestão pública, à partilha de poder público, à articulação entre democracia representativa e democracia participativa será fator-chave para, ao mesmo tempo, combater as práticas clientelistas, valorizando a fala dos direitos, e propiciar a participação de novos protagonistas sociais, representando a maioria da população, hoje excluída das decisões (salvo raras exceções). Serão, portanto, não apenas espaços de debate e deliberação envolvendo Estado e sociedade, mas igualmente de disputa de hegemonia



**Outra governabilidade.** XII Encontro do PT, em 2001, apontou importância do orçamento participativo.

**Más companhias.** Setor da direita fisiológica nunca apoiará medidas populares.

## A política dos “aliados”

As denúncias não comprovadas da existência de um “mensalão” para deputados, feitas pelo deputado Roberto Jefferson, compõem a face mais visível do comportamento de um setor da direita que se utiliza de chantagem para conseguir a manutenção de seu espaço. Diferente da direita neoliberal que atua para condicionar e derrotar o governo, este setor tem comportamento estritamente fisiológico.

O prontuário de figuras como Roberto Jefferson (chefe da

tropa de choque de Collor, apoiador de FHC) e Severino Cavalcanti (representante assumido da direita mais retrógrada no Congresso) não deixa dúvidas sobre o perfil desses “aliados”. Definitivamente, não há como esperar deste setor nenhum compromisso com políticas sociais, com reformas democráticas, ou com uma gestão transparente. Sua manutenção como “aliado” depende sempre da compensação por cargos ou privilégios.

Além desses ícones, outros

“aliados” figuram neste panetão nada glorioso. Romero Jucá, situado no Ministério da Previdência, teve contra si processo instaurado no Supremo Tribunal Federal tendo como acusação desvio de recursos públicos. Outro deles, o Sr. Henrique Meirelles, sofre processo na mesma instância sob suspeição de burlar o fisco.

Uma suposta governabilidade dependente desses partidos, como a prática vem demonstrando, não garante nem mesmo votos no parlamento em

questões mais importantes. De outro lado, as perdas que essas “más companhias” trazem são extremamente custosas.

A parte lamentável é perceber que foi o próprio governo, quando trouxe para ser seus aliados nomes que há muito careciam de respaldo, que recompôs essas figuras no cenário político. Nesse momento, a credibilidade de Roberto Jefferson ou de Severino Cavalcanti só persiste, mesmo que em padrões mínimos, porque foram acolhidos pelo governo.

com a cultura clientelista e com os valores neoliberais”.

Mais à frente, o documento aponta iniciativas relevantes no campo da democracia participativa: “a implementação do orçamento participativo no nível central será desafio de peso, na medida em que não se trata de efetuar uma mera transposição mecânica de políticas em curso nos níveis local e estadual para o central, que é muito mais complexo (será necessário, por exemplo, tomar na devida conta a estrutura federativa brasileira); os variados conselhos temáticos ou setoriais – inclusive para o controle público das empresas estatais e das concessionárias de serviços públicos; a

reformulação de fundo das agências nacionais de regulação, integrando representantes dos consumidores; instituições como as câmaras setoriais, voltadas à elaboração, negociação e implementação de políticas industriais ou setoriais; gestão participativa dos fundos públicos etc.”.

O documento também aponta os “principais pontos de uma reforma política democratizadora”: a adoção do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, a fidelidade partidária e a redefinição da representação dos estados na Câmara Federal (respeitados os princípios federativos). Além disso, as diretrizes indicam a

necessidade da democratização dos meios de comunicação, de reformulação das agências reguladoras e da Lei de Responsabilidade Fiscal e da reforma e controle externo do Judiciário.

Também o Programa de Governo de 2002 materializava o debate da reforma política. O programa tratava o tema considerando a reforma “urgente e necessária para promover uma efetiva democratização da sociedade e do Estado, permitindo que as disputas eleitorais sejam mais transparentes, equânimes e capazes de abrir espaço para o surgimento de novas lideranças”. Ali são reafirmadas as propostas de financiamento público, a fidelidade partidária e

o reequilíbrio da representação proporcional na Câmara. O programa adota também a proposta de instituir eleições proporcionais por lista.

De fato, o partido já demonstrou ter propostas claras e experiência nesse campo, para fazer da gestão participativa uma condição orientadora do governo e da reforma política uma prioridade estrutural. Esses compromissos precisam ser retomados para que de fato se realize uma outra governabilidade. Sem essas mudanças estruturais, que reorganizam o Estado em outras bases, a tendência é a manutenção de um ambiente propício a práticas anti-democráticas e anti-republicanas.



# O papel da UNE na superação do neoliberalismo

49º Congresso. Democratização da universidade e da própria entidade são desafios imediatos.

Josué Medeiros e Sarah de Roure

Entre os dias 29 de junho e 3 de julho, ocorre em Goiânia o 49º Congresso da União Nacional dos Estudantes (Conune), o segundo desde a vitória eleitoral do PT em 2002 e do início da experiência – descontínua – de superação do paradigma neoliberal. Será um importante espaço para que o movimento estudantil brasileiro realize um balanço dos dois anos e meio de governo Lula e aponte alternativas para a superação dos impasses colocados ao movimento democrático e popular para a vitória concreta da esperança sobre o medo.

Já no processo de preparação para o 49º Conune, ficou claro que esta discussão sobre alternativas ao neoliberalismo tem como eixo central, para o movimento estudantil, o debate de Reforma Universitária, a partir da apresentação de um anteprojeto do Ministério da Educação sobre o tema (já em segunda versão) e também pelas iniciativas tomadas pelo governo anteriormente, como o polêmico programa Universidade Para Todos (Prouni).

Abriu-se um vigoroso debate no seio do movimento estudantil acerca de qual deveria ser o posicionamento da UNE frente à Reforma Universitária. O desafio é a remoção do entulho privatista promovido pela Era FHC, que patrocinou o corte de verbas das universidades públicas e a farras das universidades privadas, que puderam abrir cursos sem nenhuma regulamentação. O resultado disso foi uma total inversão da relação entre matriculados no setor público e privado, passando de 70% para as públicas e 30% para as privadas em 1994 para 20% das públicas e 80% das privadas em 2002.

Para os que lutaram durante todo o período FHC contra essas políticas neoliberais na educação, o fundamental agora é construir um projeto próprio da UNE para a refundação da universidade brasileira, fugindo do falso dilema apresentado entre o simples adesismo às propostas do governo e a recusa irresponsável de qualquer proposta de reforma, rotulada de "privatista". Esse projeto de Universidade a ser definido pela UNE deve responder a três principais demandas dos estudantes brasileiros e que são comuns tanto na universidade pública quanto nas instituições particulares de ensino.

## Pilares de uma reforma

Em primeiro lugar, temos a demanda por melhorias das condições materiais das universidades brasileiras. Isto significa uma real política de assistência estudantil que contemple moradia e restaurante universitário,



**Sem estrutura.** Situação das universidades brasileiras exige mobilização da entidade.

rios, aumento no número e no valor das bolsas de pesquisa, uma solução para o problema do transporte – representada pela bandeira do Passe Livre –, a garantia de uma infra-estrutura básica para o ensino, como bibliotecas, laboratórios de informática etc., além de uma lei de mensalidades que impeça que a lógica do lucro prevaleça nas instituições particulares.

Em segundo lugar, aparece a demanda pela melhoria do padrão de qualidade do ensino superior brasileiro, hoje muito aquém das expectativas e esperanças da juventude e da sociedade. A valorização dos profissionais de educação (técnico-administrativos e docentes), com recuperação salarial, programas de formação continuada – e garantia de estabilidade, no caso das particulares –, uma reforma curricular orientada para a maioria da população e a exigência de um mínimo de professores doutores e mestres em cada universidade são algumas

das propostas que garantem a qualidade do ensino superior em detrimento da lógica do mercado, e que podem garantir que o vínculo entre ensino, pesquisa e extensão possa existir de fato.

A terceira demanda existente no meio estudantil é pela democratização da universidade, que tem hoje uma estrutura autoritária e mercantil, com poucos ou nenhum mecanismo de controle público. Aqui a pauta central são eleições diretas para os dirigentes das universidades, com paridade entre os segmentos nas eleições e também nos órgãos colegiados de decisão das instituições.

No caso das universidades particulares, a situação é ainda mais grave. Alguns direitos básicos têm de ser assegurados, como a liberdade de organização ao movimento estudantil, com a garantia de espaço físico para as entidades e o direito de ir e vir para diretores dos CAs e DCEs. Outro ponto importante

é a obrigatoriedade, por parte da universidade, de proceder a matrícula dos estudantes engajados, acabando com a expulsão velada que acontece hoje, já que as reitorias têm total poder para decidir quem deve continuar estudando. Por fim, é preciso lutar pela criação de órgãos colegiados (onde estes não existam) e pela limitação da participação dos donos das universidades nesses espaços, para que eles não formem maioria sozinhos.

## Uma UNE à altura

Ao formular um projeto que responda a essas demandas, a UNE terá dado um grande passo para construir um amplo processo de mobilização entre os estudantes, fundamental para sermos vitoriosos na luta pela construção de um projeto de desenvolvimento democrático e popular de superação ao neoliberalismo. Fica então o questionamento se a UNE está à altura desse desafio, ou se vai perma-

Márcia Carnaval

necer apartada dos processos políticos mais gerais como ficou durante a Era FHC, quando a entidade não construiu as vitoriosas greves de 1998 (quando se recusou inclusive a compor um comando de greve) e 2001, e mesmo em aspectos mais consensuais no conjunto do movimento estudantil, como a luta contra o Provão, a entidade se mostrou ausente.

Este questionamento não tem respostas fáceis, e a construção de uma UNE capaz de cumprir esse desafio da mobilização social através de um projeto de Universidade organicamente vinculado com o conjunto dos estudantes é tarefa de todo o movimento estudantil, e não apenas da direção majoritária da entidade (UJS/PC do B). A atualidade da UNE como entidade representativa dos estudantes e seu histórico como instrumento de luta dos movimentos sociais em diferentes momentos, como o *Fora Collor* e as *Diretas Já* nos coloca a responsabilidade de sermos parte desse processo, rechaçando aventuras políticas de construção de outras entidades.

Neste sentido, apresentamos uma plataforma de redemocratização da UNE que é fruto do acúmulo de toda a oposição à direção majoritária, e que consiste em uma série de medidas complementares. Primeiramente, a revitalização de espaços da entidade já existentes, como o Conselho Nacional de Entidades de Base (Coneb), segundo fórum em importância na UNE e que não é realizado desde 1998. Além disso, estabelecer uma periodização real para os demais fóruns, que têm um funcionamento muito esparso.

É preciso também garantir a proporcionalidade em toda a estrutura da entidade, incluindo aí os veículos de comunicação, hoje monopolizados pela direção majoritária. Outro ponto essencial é a existência de mais transparência nas finanças da entidade e na elaboração de uma nova forma de eleição dos delegados, que a nosso ver devem passar a ser realizadas por universidade e não mais por curso, garantindo a politização do debate e coibindo as fraudes, uma vez que a fragmentação atual favorece as chamadas eleições "fast food".

Enfim, é possível combinar um programa de redemocratização da nossa entidade histórica com a reafirmação da atualidade da UNE, que só será garantida na mobilização e na luta, em um processo que deve começar no próximo Conune e que será o maior desafio da próxima gestão.



# A igualdade racial na agenda do Governo Lula

Combate ao racismo. Conferência deve pôr em xeque mito da democracia racial.

Adriano Bueno

No dia 21 de março de 2003, o governo federal estabeleceu um marco na história da luta contra o racismo no Brasil por meio da criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Foi um fato inédito na história política brasileira tanto por se tratar de um organismo sem equivalente no mundo, quanto por se tratar de um órgão ligado diretamente à Presidência da República e com status de Ministério (muito além, portanto, das limitações que a Fundação Palmares – órgão subordinado ao Ministério da Cultura – havia apresentado até então).

O ano de 2005 foi instituído como o "Ano Nacional da Promoção da Igualdade Racial" por decreto do Presidente Lula, cabendo à Seppir e ao Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR) a coordenação da 1ª Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que se dividirá em três momentos:

■ O 1º eixo da Conferência é a *reflexão sobre a realidade brasileira*. Será um momento de colocar em xeque mais uma vez o mito da democracia racial no Brasil, reafirmando as desigualdades raciais, através de uma contextualização histórica de nossa trajetória desde a África, passando pela "abolição" da escravidão até os dias atuais, e o papel de omissão ou até mesmo cooperação para a exclusão racial desempenhado pelo Estado brasileiro neste processo;

■ O 2º eixo é a *avaliação das ações e políticas desenvolvidas* na três esferas do poder público: federal, estadual e municipal. Este momento é propício para que o movimento negro apresente questionamentos aos governos municipais e estaduais na mesma intensidade com que tem feito com relação ao governo federal (os governos estaduais e municipais, em geral, se revelam com um caráter muito mais conservador). É hora de denunciar o nítido fracasso das políticas públicas ditas "universais" que pretensamente contemplariam o conjunto da população brasileira, mas que não obtiveram resultados do ponto de vista da inclusão da população negra, o que justifica a necessidade de adoção de medidas específicas de combate ao racismo;

■ O 3º e último eixo tem por finalidade estabelecer *diretrizes para a formulação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Étnica*, considerando as perspectivas de gênero, cultura e religião. Cabe ao movimento negro reivindicar a inclusão da perspecti-



Com Zumbi na memória. Demarcação das terras quilombolas é uma das questões centrais para o movimento negro.

va de geração, contemplando assim a juventude negra. Este momento encerra a Conferência, abrindo a possibilidade de um deslocamento importante na correlação de forças, impondo metas ao governo Lula e impulsionando uma agenda de lutas para o movimento negro no próximo período, cujo ápice será a Marcha Zumbi + 10 no dia 20 de novembro.

## Por ações objetivas

A política econômica conservadora aplicada pelo governo federal expressa a prevalência da subordinação do país aos interesses do capital, enfraquecendo ainda mais o Estado em

relação ao mercado. O movimento negro deve estabelecer como um ponto central de sua intervenção no próximo período a cobrança de uma mudança de rumos na atual política macro-econômica. É preciso denunciar o impacto da política de juros altos e de superávits primários sobre nossos programas sociais, dentre os quais o programa de governo do PT de 2002 "Brasil sem Racismo". A Seppir possui hoje a menor dotação orçamentária da República.

Entre as polêmicas que permeiam a realização da Conferência está o Estatuto da Igualdade Racial. O Governo Lula tem uma posição favorável a sua

aprovação, porém apresenta resistências quanto a constituição de um Fundo Específico que garanta recursos para o estatuto – o que inviabiliza na prática que o Estatuto seja uma política pública com conseqüências concretas.

Outra questão polêmica diz respeito ao cumprimento da Constituição pela garantia da posse definitiva das terras dos quilombolas. Os cortes orçamentários se somam às dificuldades concretas de conflito de títulos, grilagem etc., o que tem dificultado o trabalho do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Este tema é a prioridade número um estabelecida

pela Seppir no texto-base da Conferência.

O Governo não pode se limitar a um campo subjetivo e simbólico, representado pela afirmação e reconhecimento público internacional do Presidente Lula acerca da dívida histórica que o Brasil possui para com os negros na África e na Diáspora. É o momento de partir para ações objetivas que venham a alterar os dados estatísticos extremamente desfavoráveis que revelam a violência histórica a que foram e são submetidos os descendentes de africanos no Brasil.

Adriano Bueno é membro do Coletivo Nacional da Secretaria de Combate ao Racismo do PT

## Plenária da CUT chama mobilização social

Por mudanças. Central estabelece plataforma democrática para reforma sindical.

Os resultados da Plenária da CUT, realizada no mês de maio, apontam para ações concretas da Central, que combinam a defesa de alterações na atual estrutura sindical com mobilização social. O objetivo é criar um ambiente político em que os direitos sindicais sejam entendidos como conquistas democráticas da sociedade.

A plenária afirmou uma plataforma cutista que serve de referência para todos os debates sobre a reforma sindical, e aprovou ainda um plano de lutas, com foco na ampliação de direitos, especialmente a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salários. Coube ainda à Plenária da CUT reafirmar a posição da Central contra essa política econômica, dando centralidade a esse ponto no plano de lutas.

Os pontos que compõem a plataforma democrática básica são os seguintes:

- Reconhecimento das Centrais Sindicais com liberdade na estrutura vertical;
- Manutenção da estrutura atual nos sindicatos de base, condicionada a critérios de representatividade e democratização nos estatutos;
- Organização sindical por setores e ramos de atividade;
- Fim do imposto sindical (contribuição compulsória) e das taxas confederativa e assistencial e instituição da Contribuição Negocial;
- Direito de organização por local de trabalho – OLT;
- Contrato coletivo nacional por ramo;
- Direito de negociação e greve no setor público nas três esfe-

- ras e nos três poderes;
- Ultratividade dos contratos;
- Substituição processual;
- Coibição das práticas anti-sindicais;
- Ratificação da Convenção 158 da OIT;
- Não intervenção do Estado na organização sindical.

A aprovação dessa plataforma permite que seja encaminhada uma proposta do conjunto das centrais de emenda global ao texto de reforma sindical que está no Congresso. A avaliação feita apontou a necessidade de fazer avançar os pontos em que há acordo, e congelar os outros em que há desacordo, fazendo com que não haja regressão de direitos. Para Rosane Silva, diretora de Política Sindical da CUT, é preciso continuar a fazer o debate com a sociedade sobre os

pontos mais polêmicos. "Nós estamos convencidos da necessidade de liberdade e autonomia sindical, mas grande parte do sindicalismo e da sociedade não tem essa clareza". Rosane aponta as mobilizações previstas no plano de lutas como espaços para dialogar com o conjunto da sociedade.

Dentro desse calendário, de 8 a 10 de agosto haverá uma Marcha à Brasília, saindo de quatro cidades satélites e se encontrando no último dia na capital federal. As quatro colunas marcharão 40 quilômetros, simbolizando a luta pela redução da jornada de trabalho das atuais 44 para 40 horas semanais. Na preparação para a marcha, vai haver mobilizações nos estados, que resultarão em atividades de rua e manifestações locais.



# Para que não haja perdedores

**Emancipação.** Potencial democratizante faz da Economia Solidária projeto estratégico.

Elvino Bohn Gass

A Economia Popular Solidária – ou, como alguns a chamam nos meios acadêmicos, Economia Social –, é uma prática que cada vez mais ganha espaço na indústria, no comércio, nos serviços e em setores como a agricultura familiar ou as associações de trabalhadores, sejam elas rurais ou urbanas. Não se trata de uma prática nova. Desde o século XIX até hoje, se sucedem as propostas de cooperativas e práticas de produção solidária no interior do capitalismo. Mas se, por um lado, isto garante tradição e história à Economia Solidária, de outro, isto também fez com que muitas experiências tenham se adaptado ao sistema, transformando-se em cooperativas degeneradas, muito distantes dos princípios fundadores.

A Economia Popular e Solidária de que falamos é aquela que o professor Paul Singer define como “um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram ou temem ficar à margem do mercado de trabalho. A Economia Solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização destes meios”. Como se vê, este conceito encerra um método. E este método pressupõe autogestão, distribuição equânime dos ganhos (ao contrário da lógica capitalista tradicional, em que o lucro é apropriado) e igual poder de voz a todos os participantes. De novo Paul Singer: “queremos pessoas que não queiram ser vencedores para que não haja perdedores”. Economia Solidária é isso. Trabalho e renda verdadeiramente democratizados.

De sua parte, o Estado e as políticas públicas no Brasil têm tido historicamente um caráter funcional ao desenvolvimento do



Marcello Casal/ABR

**A várias mãos.** Cooperativa democratiza trabalho e renda, como no caso dos agricultores de Concórdia.

setor privado capitalista, com raras ações no sentido da distribuição de seus recursos para os trabalhadores. Sob a égide das políticas neoliberais, durante dez anos, não apenas a riqueza do país ficou ainda mais concentrada, como também o Estado foi abdicando de sua responsabilidade pública de garantir vida digna para seus cidadãos, na medida em que foi transferida para o chamado “terceiro setor” a responsabilidade pelo desenvolvimento de políticas sociais.

Está sendo necessário, portanto, reconstruir não só a capacidade reguladora e indutora da distribuição de riquezas, como também reconstruir uma relação estado-sociedade com caráter republicano e democrático. Para isso, são necessárias políticas amplas que atuem na diminuição da desigualdade e permitam oportunidades para o desenvolvimento a partir da democratiza-

ção também da economia. Nesse sentido, a Economia Solidária constitui-se como uma estratégia que comporta grande vigor social e de impacto para o processo de inclusão a partir do desenvolvimento econômico alternativo e, portanto, deve ser foco de investimentos públicos relevantes e adequados para sua expansão e consolidação no âmbito das políticas de desenvolvimento de nossos municípios, estados e da União.

## Políticas em curso

As políticas públicas já desenvolvidas por diversas prefeituras no país e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), pelo governo Lula, refletem essa visão de Estado. A criação deste órgão tem demonstrado, em menos de três anos de existência, a sua importância estratégica. É através da Senaes, vinculada ao Ministério do Traba-

lho, que muitos empreendimentos solidários, como fábricas autogestionárias, cooperativas rurais e urbanas, assim como redes de comercialização, estão sendo apoiados a partir de projetos que articulam diferentes ministérios, como Desenvolvimento Agrário, Saúde, Desenvolvimento Social, Cidades e instituições de fomento, como BNDES e Caixa Federal. Além disso, a Senaes realiza uma intervenção que fortalece a idéia de construção de um novo modelo de desenvolvimento para o país, com base no apoio ao desenvolvimento local sustentado a partir da auto-organização dos trabalhadores.

Assim, entendemos que a Economia Solidária é um projeto estratégico de inclusão social, que mantém e amplia oportunidades de trabalho e acesso à renda a partir da democratização da economia, por meio de empreendimentos autogestionários, or-

ganizados de forma coletiva e participativa pelos próprios trabalhadores.

A pouca ou quase nenhuma menção sobre o crescimento da Economia Solidária por parte da grande mídia ou dos formadores de opinião não nos surpreende, pois entendemos que na medida em que esta outra economia cresce e avança como alternativa, ela adquire um caráter revolucionário. E assim, como afirmou Paul Singer, abre-lhe a perspectiva de superar a condição de mero paliativo contra o desemprego e a exclusão; ou seja, comprova, em uma prática cotidiana, o questionamento à lógica da exploração e da alienação intrínseca ao modo de produção capitalista, afirmando uma outra sociedade possível, baseada na igualdade e na emancipação social.

Elvino Bohn Gass é deputado Estadual do PT-RS e autor de projeto de lei que cria o Sistema Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no RS.

## A Bolívia em um interlúdio político

**Estado de alerta.** Movimentos sociais pressionam por antecipação das eleições gerais.

A renúncia de Carlos Mesa e a posse de Eduardo Rodríguez, ex-presidente da Suprema Corte de Justiça, como presidente da Bolívia deram um arremate prévio a mais um capítulo da mobilização popular que se estende desde 2003. O desafio que os movimentos sociais se colocam no momento é garantir o cumprimento da “Agenda de Outubro”.

Determinada em 2003, quando houve a saída de Sanchez de Lozada pelas pressões populares, a pauta não foi encaminhada por Carlos Mesa, que

impôs uma política burguesa de defesa das multinacionais que exploram os hidrocarbonetos (petróleo e gás) no país. A nacionalização dos hidrocarbonetos é, aliás, o primeiro ponto dessa agenda. Constam da pauta também a convocação de uma Assembleia Constituinte, a expulsão da transnacional Aguas del Illimani-Suez de El Alto e o rechaço do TLC e da ALCA.

A despeito das visões distintas entre os diferentes movimentos – Confederação dos Povos Indígenas (CIDOB), Confedera-

ção Operária Boliviana (COB), Federação das Associações de Moradores (Fejuve) – e partidos – como o Movimento ao Socialismo (MAS) e o Movimento Indígena Pachakuti (MIP) – o interlúdio político tem proporcionado uma agenda mínima conjunta, cobrindo a realização de eleições gerais antecipadas, que devem se dar num prazo de 150 dias.

O MAS é quem mais joga peso na via institucional nesse momento, e aposta nas eleições gerais para fazer Evo Morales presidente. A expectativa é que,

além do presidente, seja eleito também um novo Congresso. Há implícita nessa proposta uma oposição à agenda que a burguesia tenta impor, de um plebiscito sobre a autonomia de Santa Cruz de la Sierra. Por trás dessa idéia está a busca por pagar menos impostos e por fazer negócios com as multinacionais que exploram os hidrocarbonetos.

Nos últimos meses, indígenas, plantadores de coca, mineiros, lavradores e operários fortaleceram os protestos contra a exploração dos hidrocarbône-

tos pelas multinacionais, questionando também a representatividade do legislativo e do executivo bolivianos. Embora acentuado recentemente, o processo de conflitos na Bolívia é fruto da histórica polarização entre a elite branca e os trabalhadores indígenas, e tem sua origem na colonização espanhola. Um dos fatos mais marcantes dessa luta se deu em 1952, quando, numa revolta contra a exploração burguesa, os trabalhadores nacionalizaram as minas e conquistaram o voto universal.